

Id:0F8BCB6D9E5A2822



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II
Praça Domingos Mourão Filho, 345, Centro
CEP: 64.255-000 – CNPJ: 06.553.929/0001-24

Lei nº 1.273, de 13 de Dezembro de 2019.

"Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Segurança Pública – FUMSEP e do Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEP e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, Alvimar Oliveira de Andrade, no uso de suas atribuições legais e em obediência à Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Segurança Pública - FUMSEP, que terá por finalidade financiar ações e projetos que visem à adequação, à modernização e à aquisição e manutenção de equipamentos e viaturas, para os órgãos públicos municipais envolvidos em atividades de segurança pública no âmbito do Município.

Art. 2º - O FUMSEP tem por objetivo propiciar o desenvolvimento da Política Pública Municipal de Segurança por meio de captação, repasse e aplicação de recursos destinados às funções de Segurança Pública no Município, assegurando meios para a expansão e aperfeiçoamento das ações de segurança e viabilizando os investimentos na qualificação profissional.

Art. 3º - Constituem recursos do FUMSEP:

I - os consignados na Lei Orçamentária Anual e os seus créditos adicionais;

II - as doações, auxílios e subvenções de entidades públicas ou privadas, pessoa física ou jurídica, nacionais ou estrangeiras;

III - as receitas decorrentes das aplicações de seus recursos orçamentários e extra orçamentários, observada a legislação aplicável;

IV - receitas decorrentes de convênios, aplicações financeiras, acordos, transações judiciais e/ou extrajudiciais, etc.

Art. 4º - Os investimentos e despesas realizados com recursos do FUMSEP deverão seguir as diretrizes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como demais legislação correlata às compras e contratações.

Art. 5º - Os recursos que compõem o FUMSEP serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial e específica sob a denominação de "Fundo Municipal de Segurança Pública", de acordo com as normas aplicáveis à espécie.

Art. 6º - Fica a Secretaria de Planejamento e Finanças responsável em publicar anualmente no Diário Oficial do Município o relatório fiscal e contábil do Fundo Municipal de Segurança Pública.



Art. 7º - Fica designado o Presidente do Conselho Municipal de Segurança Pública, como autoridade competente para autorizar despesas, efetuar pagamentos, movimentar contas e transferências financeiras e reconhecer dívidas, à conta dos recursos do Fundo.

Art. 8º - Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Pública - COMSEP, com as seguintes competências:

I - analisar e sugerir medidas para a elaboração da política municipal de segurança pública;

II - zelar pela efetivação de ações voltadas à prevenção da violência e ao combate à criminalidade;

III - gerir, fiscalizar, acompanhar e avaliar a aplicação de recursos e o desempenho dos programas e projetos financiados pelo Fundo Municipal de Segurança Pública - FUMSEP;

IV - propor critérios para a celebração de contratos ou convênio entre os órgãos governamentais na área de segurança pública;

V - propor a formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços de segurança pública no âmbito do Município;

VI - dar posse aos seus conselheiros, a partir da sua instalação;

VII - articular com organizações privadas e governamentais, nacionais e estrangeiras, e propor intercâmbio, celebração de convênio ou outro meio, com vista à superação de problemas de segurança pública no Município;

VIII - exercer outras atribuições correlatas, definidas em Lei ou no seu Regimento Interno;

IX - estabelecer intercâmbios com entidades afins.

Art. 9º - O COMSEP será formado por representantes dos órgãos e instituições abaixo:

I - um representante da Secretaria Municipal de Administração;

II - um representante do Banco do Brasil S/A;

III - um representante da Procuradoria do Município;

IV - um representante da Companhia de Polícia Militar de Pedro II;

V - um representante da Delegacia de Polícia Civil;

VI - um representante da Comissão de Segurança Pública da Subseção da OAB de Piri-piri;

VII - um representante da Câmara Municipal de Vereadores;

VIII - um representante da Guarda Civil Municipal - GCM;

IX - um representante da Superintendência Municipal de Trânsito - STRANS;

§ 1º - A Presidência do COMSEP será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Administração.

§ 2º - Cada membro do Conselho terá um suplente, que o substituirá nos seus impedimentos.

§ 3º - Os membros do COMSEP e seus suplentes serão indicados por seus respectivos órgãos e instituições, os quais serão nomeados através de Decreto pelo Prefeito.



§ 4º - Os membros do COMSEP não serão remunerados nas atividades do Conselho e suas funções serão consideradas serviço público relevante.

§ 5º - O mandato dos membros do COMSEP será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução consecutiva, desde que referendada pelos Conselheiros, por maioria absoluta.

§ 6º - O Conselho integrará a estrutura da Secretaria Municipal de Administração para fins de suporte administrativo, operacional e financeiro.

Art. 10 - O Conselho terá uma diretoria formada por:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 1º Secretário;

IV - 2º Secretário;

V - Tesoureiro.

Art. 11 - As decisões do Conselho serão votadas e aprovadas por maioria simples, com exceção as que se referem ao Fundo, cuja aprovação deverá ter a maioria absoluta.

Art. 12 - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se expressamente a Lei Municipal nº 889/2002, de 01 de abril de 2002.

Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRO II-PI, aos 13 (treze) dias do mês de dezembro de 2019 (dois mil e dezenove).


 ALVIMAR OLIVEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

Id:07382A9B6D1E26EC



ERRATA

Na publicação do Extrato de Termo de Cooperação Técnica da SRP nº 02/2021/PMPL-PI, no DOM, 22 de abril de 2021, informamos que ocorreu um erro na PUBLICAÇÃO como se vê abaixo:

Onde se lê: PROC. ADMINISTRATIVO Nº 028/2021

Leia-se: PROC. ADMINISTRATIVO Nº 038/2021

Publique-se,

Pedro Laurentino - PI, 23 de abril de 2021.

Vanessa Albuquerque da Silva
 Presidente da CPL